

RETORNO A ESCOLA: OS DESAFIOS DA EJA DIANTE DA INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL NO BRASIL

Maria Oliveira da Conceição Dourado ¹

Diego Pinheiro Alencar ²

RESUMO

O presente estudo apresenta uma abordagem quanto ao retorno escolar pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como, todas as dificuldades enfrentadas por alunos e professores na busca de incluir todos àqueles que por algum motivo tiveram que abandonar a escola em determinado período. O trabalho abordará o histórico da EJA até os dias atuais; as desigualdades sociais que acarretam no abandono escolar; assim como, todo o processo que a escola faz para incluir àqueles que ficaram a margem da educação. A metodologia utilizada neste, se fez por meio das pesquisas bibliográficas e documentais, recorrendo a variadas fontes, desde as mais usuais, até as mais diversificadas, na busca de dar veracidade ao que propõe o tema. A construção desse artigo permite que muitos tenham uma percepção diferente quanto esta modalidade, que visa muito mais que romper com as desigualdades sociais, pois nesta, é possível devolver a dignidade pela busca do conhecimento, considerando que é um direito de todos, universalmente defendido como um direito humano e cabe dentro de um contexto de inclusão social.

Palavras-chave: Desigualdades. Educação de Jovens e Adultos. Inclusão Social. Retorno.

ABSTRACT

This study presents an approach to the return to school through Youth and Adult Education (YAE), as well as all the difficulties faced by students and teachers in the search for inclusion of all those who, for some reason, had to abandon school in a certain period. The paper will cover the history of Youth and Adult Education up to the present day; the social inequalities that lead to school abandonment; as well as the entire process that the school goes through to include those who have been left out of education. The methodology used in this article is based on bibliographic and documentary research, resorting to a variety of sources, from the most common to the most diverse, in an attempt to give veracity to what the theme proposes. The construction of this article allows many people to have a different perception of this modality, which aims much more than breaking with social inequalities, because in this modality, it is possible to restore dignity through the search for knowledge, considering that it is a right for all, universally defended as a human right, and fits within a context of social inclusion.

Keywords: Inequalities. Return. Social Inclusion. Youth and Adult Education.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa abordar os principais fatores que acarretam ao abandono escolar e os desafios que a Educação de Jovens e Adultos tem para incluir essas pessoas novamente neste âmbito, de forma que concluam seus estudos com êxito. Abordará

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano (Campus Iporá).E-mail:maria.dourado@estudante.ifgoiano.edu.br

²Graduado e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atuação na área de Geografia Humana na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: diego.alencar@ifgoiano.edu.br

também a necessidade da retomada desses alunos sem um determinado momento e os fatores que influenciaram nessa volta.

A educação escolar é algo indispensável pra o desenvolvimento pessoal e intelectual do ser humano, não somente em relação ao mercado de trabalho, mas também no meio social.

No início da educação no Brasil, quem tinha acesso eram somente pessoas de classe privilegiada, fazendo com que apenas um número muito reduzido tivesse acesso, infelizmente uma problemática que dura até os dias atuais. Para tentar driblar essa situação, a criação do EJA foi fundamental para que essa problemática diminuísse.

A EJA tem como objetivo atender àquelas pessoas que de alguma forma tiveram que abandonar a escola e não puderam concluir as etapas no tempo adequado, fazendo com que estas mesmas pessoas possam retomar o papel de aluno, passando a fazer parte, como um cidadão participativo e não mais como observador.

De acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação de Jovens e Adultos deve buscar entre práticas pedagógicas e práticas administrativas proporcionar ao cidadão condições voltada especificamente para sua alfabetização, não apenas o tornando letrado, mas também contribuindo para além da alfabetização, para que estes se tornem cidadãos com princípios éticos, morais, com direitos e deveres dentro da sociedade.

Dentro desse contexto, surge à principal questão que impulsionou esta pesquisa, que é: Quais os desafios que a EJA enfrenta para incluir “quem abandonou a escola”? Na busca de compreender estes desafios, o objetivo geral deste estudo é analisar os diferentes processos que acontecem na sociedade e que influenciam diretamente na vida escolar.

Como objetivos específicos, este trabalho possui os seguintes: conhecer a realidade dos alunos que abandonaram a escola; compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos no momento do abandono; identificar a importância da Educação de Jovens e Adultos no âmbito escolar; entender os fatores que influenciam na retomada; analisar as esferas sociais que influenciam tanto no abandono, quanto na retomada.

Como hipótese da pesquisa, espera-se que com esse estudo possa compreender a necessidade do abandono escolar naquele momento (abandono), a necessidade e a importância da retomada.

Como justificativa, pretende-se compreender quais os fatores que influenciaram o abandono escolar e quais influenciaram a retomada dos estudos numa maior idade. Buscando enfatizar a importância que a Educação de Jovens e Adultos tem para a sociedade e como traz oportunidades para aqueles que por algum motivo se viram abandonados em um determinado momento.

O presente estudo abordará alguns tópicos dos quais se fazem necessários para a compreensão do tema, que são: Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; Desigualdade Social; Inclusão Social.

No primeiro tópico, trará as significantes mudanças e trajetórias que a Educação de Jovens e Adultos percorreu até chegar a esta modalidade de ensino dos dias atuais. No segundo tópico, serão elencados alguns fatores que acarretam no abandono escolar e na exclusão social. E por fim, no terceiro, será tratado o entendimento acerca da inclusão social que envolve este processo de retomada, na forma de exercer o papel de cidadão por direito.

A presente pesquisa se torna de suma importância, pois permite conhecer todos os processos vivenciados por jovens e adultos que abrangem a modalidade EJA de ensino, desde fatores que acarretam no abandono, bem como, os fatores influenciam para a retomada, dentro de uma perspectiva social. Onde também ressalta a importância desta modalidade de ensino, como forma de romper com as desigualdades sociais ocorridas desde os primórdios da educação.

Na metodologia do trabalho foram utilizadas as pesquisas documentais e bibliográficas, recorrendo desde os documentos oficiais, até mesmo, livros, revistas e pesquisas em sites. Possuindo então, uma natureza básica, onde não possui prática prevista, mas sim, servindo para futuras pesquisas para professores e alunos, como fonte de dados quanto a Educação de Jovens e Adultos.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos passou por significantes mudanças e trajetórias até chegar a esta modalidade de ensino dos dias atuais. Sendo que esta modalidade se destaca como alvo de interesses, pois faz parte de diferentes movimentos diante da história da educação brasileira.

Nos distintos momentos torna-se perceptível como cada grupo histórico influenciou de maneira diferente, podendo destacar a influência dos diversos grupos econômicos, partidários, de educadores e teóricos, como também aos diferentes grupos ligados aos movimentos sociais nacionais e internacionais, se tornando então em uma modalidade onde foi altamente impactada por ideologias e representações políticas, definindo assim, exigências e legislações para cumprir o que implica esta modalidade.

Durante o período de colonização do Brasil, apenas as classes médias e altas podiam ter acesso ao conhecimento, sendo que na época existiam poucas escolas. Para entender, as classes pobres da época eram muito desfavorecidas diante da população, não podendo ter nenhum acesso à escola, visto que não necessitavam de alfabetização inclusive se fossem jovens ou adultos, apenas algumas crianças recebiam atendimento escolar em casa, quando ocorria dos mais velhos receber esse acesso era sempre de forma indireta.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24) o processo da educação brasileira teve início com a vinda dos jesuítas para o país, cujos interesses eram de difundir o catolicismo pelo mundo, iniciando então pela catequização dos povos indígenas.

Esta forma de ensino possuía apenas o interesse de propagar a fé cristã, onde eram destituídos por completo o interesse pela transmissão de conhecimentos científicos, perdurando até o período pombalino.

Muitos anos depois, especificamente em 1930, após o governo de Getúlio Vargas e com a criação do regime militar, chamado de “Estado Novo”, despertou o interesse em organizar a educação de forma que atendesse as demandas do setor produtivo, pois este setor era forte naquela época, dado pelas políticas de substituição de importação, rentes a necessidade de organização do Estado, devido as consequências causadas pela Primeira Guerra Mundial.

Após este momento, foi criada a constituição de 1934, sendo que esta mantinha uma ideia progressista de ensino, sendo posteriormente substituída pela constituição de

1937, onde esta, por sua vez, tirava totalmente a responsabilidade do Estado com a formação educacional do país (GHIRALDELLI, 2008, p.78).

A constituição de 1937 teve o intuito, como citado anteriormente, de retirar a responsabilidade do Estado diante da formação educacional do país, tendo desta maneira, o objetivo de favorecer o mesmo, mas também visava o ensino profissionalizante. Este por sua vez, possuía o intuito de capacitar os jovens para que pudessem trabalhar nas indústrias, demonstrando mais uma vez, que neste período o interesse não era de transmitir o conhecimento científico, sendo que a educação seria para poucos da população, uma vez que quanto mais sem ‘educação’ atenderiam ao que lhes era imposto.

Durante o período de regime militar foi implantado o movimento de alfabetização denominado Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), sendo considerada como de fato, a primeira iniciativa importante que ocorreu no processo de educação de jovens e adultos, dado a partir de 1967. Este possuía o intuito de erradicar com o analfabetismo do país, onde o método adotado consistia em ler e escrever, possuindo o mesmo intuito do renomado pedagogo e teórico Paulo Freire, que visava um ensino voltado para a realidade de vida do alunado, tendo como objetivo disseminar a educação elitista, desenvolvendo como modelo um ensino libertador e democrático. O autor Paulo Freire em uma das suas obras, denominada Pedagogia do Oprimido, voltada para esta luta do processo de humanização, cita que:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1988, p.19).

Segundo o autor Bello (1993) com o projeto MOBREAL é possível compreender bem a fase ditatorial da qual o Brasil foi submetido, relatando que “a proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época”, pois “por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da

ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas (BELLO, 1993).

A educação de jovens e adultos obteve uma considerável valorização no século XX, sendo um acontecimento recente, considerando que durante muitos as escolas noturnas eram os únicos meios de alfabetização, onde se constituíam de espaços informais, e os conhecimentos eram transmitidos por quem sabia ler e escrever aos que não sabiam, demandando muito esforço dos educandos em manter essa rotina, pois sempre aconteciam depois de um longo dia de trabalho.

O alto crescimento da industrialização fez com que os centros urbanos fossem atraídos pelas migrações da zona rural, onde esses tinham a expectativa pela melhoria de qualidade de vida, tendo em vista que esses trabalhadores necessitavam ser alfabetizados ocasionando assim, no crescimento das escolas de alfabetização de jovens e adultos para que pudesse atender a esta grande demanda.

Na década de 40 foi lançada uma campanha onde possuía o intuito de trazer a alfabetização em três meses, sendo que naquela época esta era condição em que os políticos deveriam atender para participar de eleições, mas que de certa forma contribuiu também para a criação mais escolas que atendessem a educação de jovens e adultos.

Neste mesmo período, a Lei de Reforma nº 5.692/71 implantou o ensino supletivo, onde atribuiu um capítulo para definir as finalidades e peculiaridades para este modelo de ensino supletivo, sendo constituído no Capítulo IV desta lei, tendo como finalidade:

Art.24 - O ensino supletivo terá por finalidade: a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria; b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (BRASIL, 1971).

No ano de 1985 veio o fim do Mobral, que deu lugar para a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização de EJA. Conforme as autoras Scortegagna e Oliveira (2000) “o projeto Educar criado pela Nova República funcionava em parceria com municípios e, apesar de sua orientação político-pedagógica de educação funcional, a descentralização de suas ações possibilitou uma maior diversidade de orientações e

práticas pedagógicas”. Segundo Pierro (2004) o Mobral se encontrava estigmatizado, era visto um como modelo de educação domesticadora e de baixa qualidade.

Em 1988, com a promulgação da constituição federal o Estado se viu na obrigação de aumentar o seu compromisso com esta modalidade de ensino. Partindo desta promulgação, muitas leis e decretos foram criados, dos quais favoreceram a educação de jovens e adultos, onde assegura esta modalidade de ensino como sendo gratuita e de dever do Estado em ofertar, bem como a inserção como educação básica obrigatória.

Durante o governo de Itamar Franco (1992 – 1994) ocorreram algumas formulações em relação ao Plano Decenal de Educação, onde este apontava a necessidade de examinar as diretrizes de uma política educacional nas quais atendessem aos jovens e adultos que não tiveram o acesso escolar na idade própria. Mas, infelizmente, nada foi concretizado por esta gestão, nada de inovador aconteceu, ocorrendo um total descomprometimento por parte da União.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), onde esta estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Na seção V desta lei, são estabelecidos os artigos 37 e 38, que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos, trazendo em seu texto:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Em 2000, foi promulgada a Resolução CNE/CEB Nº 1, onde o governo estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, citando em seu artigo 1º que:

Art. 1º -Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação (BRASIL, 2000).

Conforme a Resolução CNE/CEB N° 1, de 05 de Julho de 2000 fica instituído no seu artigo 6° que “Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos” (BRASIL, 2000).

Em 2012, o Ministério da Educação juntamente com o Fundo Nacional de Desenvolvimento e o Conselho Deliberativo promulgou a Resolução N° 48, em Outubro do ano citado, onde esta estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício 2012, com o intuito de ampliar as matrículas voltadas para esta modalidade, no modelo presencial de ensino.

De acordo com as autoras Scortegagna e Oliveira (2000) em sua tese, afirmam que “A educação de jovens e adultos justifica-se em grande medida como educação permanente, em virtude da crescente globalização da produção e dos mercados, da acelerada mudança tecnológica, dos crescentes desajustes do mercado de trabalho e da eventual redução da demanda por habilidades” (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2000).

2.1 Desigualdade social: fatores que acarretam no abandono escolar e na exclusão social

Para entender os fatores que acarretam no abandono escolar, devemos buscar entender todo o processo em que o Brasil sofreu e por que algumas classes foram tão impactadas. Para Oliveira (2018) “as desigualdades sociais que afligem o Brasil decorrem de longos processos de autoritarismo e violência que acompanham a formação do Estado Brasileiro e, conseqüentemente, determinam como a sociedade brasileira é forjada.” Para a autora, “mesmo após algumas conquistas, como a descolonização do Brasil e a redemocratização nos anos 1980, as relações colonialistas, excludentes e expropriatórias que marcaram nossa história ainda produzem fortes impactos na vida do povo” (OLIVEIRA, 2018, p.97).

De acordo com Dallari (2007, p. 30) “no Brasil temos uma acumulação histórica de injustiças e tivemos um mau começo em termos do reconhecimento e respeito aos direitos humanos”. Segundo Oliveira (2018) um dos maiores desafios enfrentados para a efetivação dos direitos humanos no Brasil é a herança de violência e desigualdade associadas a questões de classe, raça, etnia, geração e gênero, e que de certa forma, marcam as relações sociais.

Mesmo depois de muitos anos parte da população brasileira ainda não tem acesso às condições mínimas de sobrevivência, tendo de enfrentar diariamente os desafios impostos pela exclusão social ao qual são submetidos constantemente. Neste processo de desigualdade social, muitos brasileiros ainda estão vivendo sob condições degradantes, que envolvem exploração, saneamento básico, não possuem uma alimentação adequada, bem como, não possuem acesso à educação e a saúde.

A história de violências no Brasil deixou e deixa marcas profundas de desigualdade social, que se acumulam em uma relação de complexa (re)produção de exclusões. Para entender este período histórico, podemos destacar, por exemplo, as marcas deixadas pela colonização, que perdurou por intensos períodos de instabilidade, bem como o período ditatorial que o Brasil vivenciou em 1964, onde a sociedade brasileira sofreu inúmeras torturas, ocasionando em elevados níveis de assassinatos àqueles que lutavam pela democracia, assim como, a situação de subnutrição, da qual teve um o aumento extremo. Segundo Oliveira (2018):

Os impactos de violências como essa, além de perdurarem no tempo diante da ausência de políticas públicas de distribuição ou transferência de renda, também se articulam com outras formas de violência e acabam por representar um enorme desafio a ser enfrentado. Esse “mau começo” e as históricas situações de reprodução de violência e exclusão nos permitem entender como se dão os atuais processos de exclusão social, mas não significa que não houveram avanços em termos de reconhecimento dos direitos humanos (OLIVEIRA, 2018, p. 98).

De acordo com Brasil (2005) um dos momentos importantes do Brasil nesse processo de luta foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde foi possível uma ampla participação popular, onde se deu especial destaque aos direitos humanos, e adotando assim, como fundamento da república a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, CF/88) e cujo objetivo era de uma construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e

da marginalização e a redução das desigualdades sociais (art. 3º, CF/88). Esse foi um dos momentos de conquistas no campo da cidadania, todavia, precisamos sempre lembrar que as reivindicações de cidadania se constituem em um processo histórico e que está longe de alcançar estabilidade, pois a cada período histórico novos conteúdos e reivindicações são colocados para o seu exercício (SILVEIRA; CITTADINO, 2005).

Para o enfrentamento às desigualdades sociais é preciso reconhecer as relações complexas que existem entre a pobreza e outras formas de discriminação, atentando para o fato de que as perversas articulações entre esses marcadores têm determinado a configuração da pobreza e da violência no país (OLIVEIRA, 2018, p. 99).

A exclusão social é produto de um sistema social, econômico, político e cultural e não pode ser explicada apenas pelas características dos sujeitos ou mesmo das instituições sociais, ela é fruto sócio histórico de um grande número de fatores constitutivos da relação indivíduos e instituições sociais (CATÃO, 2005, p. 332).

Para combater as desigualdades sociais, é necessário ampliar o olhar para além do indivíduo, contextualizando o meio social, a política e economia dinamicamente, entendendo que estes são fatores que influenciam e impactam diretamente aos brasileiros. De acordo com Porchman (2015):

Quando falamos em desigualdade social ou em exclusão social, geralmente atribuímos questões relacionadas à má distribuição de renda e, da mesma forma, quando nos referimos à pobreza pensamos em ausência de acesso aos recursos financeiros necessários para sobreviver. Todavia, outras dinâmicas sociais, visibilizadas pelos movimentos sociais, tem alterado esses conceitos de forma a atribuir a seus significados outros marcadores sociais, mesmo que pouca prioridade tenha sido dada a esses novos processos de geração de exclusão social, bem como à relação entre exclusão social e concentração de renda (PORCHMAN, 2015).

Nesse sentido, conforme Crenshaw (2002) “um ângulo importante de análise sobre a desigualdade social é o da interseccionalidade, essa perspectiva nos permite atentar para a associação dos múltiplos sistemas de subordinação que permeiam as relações sociais e definem os próprios processos de exclusão social.”

Em termos de articulação dos eixos de opressão podemos observar por diversos ângulos como a violência e a exclusão afetam de formas e complexidades diferentes mulheres e homens, negros e brancos, ou jovens e

adultos. Da mesma forma, diferentes dinâmicas de exclusão afetam homens negros e mulheres brancas, ou homens brancos em situação de pobreza e homens brancos de classe alta (OLIVEIRA, 2018, p. 100).

Alguns fatores que influenciam nas dinâmicas sociais, ao qual estamos todos inseridos, é o reconhecimento que devemos ter quanto ao impacto da pobreza, do racismo, do sexismo e de tantas outras formas de opressão. Nesse âmbito, “a educação ganha destaque, por permitir impactos profundos relacionados às mudanças de comportamento e à produção de uma cultura respeito às diferenças e de solidariedade social, mas isso só é possível se o processo educativo se despir dos preconceitos e discriminações que são cotidianamente reforçados” (OLIVEIRA, 2018, p. 102).

O processo educativo precisa ser pautado pela consideração dos aspectos que influenciam diretamente o aprendizado e a vida do aluno, devemos considerar inúmeros fatores, bem como, o tempo disponível para estudo que os alunos possuem, pois muitas famílias são numerosas, e que muitas vezes os filhos mais velhos são responsáveis pelo cuidado de irmãs e irmãos mais novos, devendo ainda realizar o trabalho de casa, enquanto a mãe ou pai estão trabalhando fora. Vemos também, uma grande proporção de crianças e jovens tendo que trabalhar fora para ajudar no sustento da família, esta foi e é a realidade que cerca a sociedade brasileira. Diante desses e de outros fatores, vemos o processo de exclusão social acontecer, pois muitos alunos se vêm na obrigação de interromper seus estudos para dar sequência a uma vida que lhes foram impostas, da qual não há escapatória.

Dentro desse contexto, buscamos entender quem é o sujeito da Educação de Jovens e Adultos. Conforme as autora Moura e Silva (2018), “esses sujeitos não são apenas diferentes em suas experiências e faixa etária. Eles fazem parte de um grupo que, em algum momento de suas vidas, distanciou-se do contexto escolar em vista de sua inserção no trabalho, da evasão escolar, repetência ou outros fatores excludentes (...)”. Este grupo é constituído por sujeitos da zona urbana, rural, privados de liberdade, indígenas, quilombolas, com necessidades especiais, homens, mulheres, adolescentes e outros que têm expectativas comuns na sociedade contemporânea pluralista (MOURA; SILVA, 2018, p. 14).

Quanto aos sujeitos jovens que compõem a EJA, podemos destacar que a maioria tem de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental, por sua vez, são vistos como responsáveis por um desequilíbrio no contexto escolar, para entender alguns fatores que os cercam, temos a contribuição do autor Andrade (2004):

[...] estes jovens, recém-chegados, trazem consigo o que são como classe social e também a sua cultura, e estas transformações colocam em crise a oferta tradicional da educação escolar, trazendo sintomas de fracasso, mal-estar, conflito, violência, dificuldade de integração, conflitos geracionais e, sobretudo, ausência de sentido da experiência escolar e da incorporação a uma educação que não foi pensada e nem feita para eles (ANDRADE, 2004, p. 90)

Conforme alguns estudos apontam, é perceptível que: “demonstram que esta exclusão tem sido minimizada pelo incentivo contemporâneo de que a centralidade das subjetividades jovens na sociedade contemporânea tem minimizado esta exclusão, uma vez que os laços geracionais se reafirmam a partir de um discurso que evidencia o quanto ser jovem traz benefícios desmedidos” (PAIS, 1998; KEHL, 2004).

Quanto aos adultos que compõem a EJA, a autora Moura e Silva (2018) afirmam que:

O adulto, diferente do jovem que tem um olhar para o futuro, possui interesses voltados para o presente. Sua preocupação está atrelada a melhorias e segurança na vida profissional que são reflexo de suas responsabilidades com o sustento da família e educação dos filhos. Além disso, há uma cobrança social em relação às etapas que devem ser cumpridas pelos sujeitos adultos para que sejam considerados “bem sucedidos na vida” (MOURA; SILVA, 2008).

Assim, a EJA se torna uma geografia desafiadora para os adultos que, em sua maioria, abandonaram os estudos por fatores econômicos. Eles fazem parte das classes menos favorecidas que precisaram trabalhar muito cedo e o abandono da escola foi inevitável. Seu retorno ao contexto educacional requer outra subjetividade, pois agora ele não está sozinho na sala de aula, mas precisa compartilhar os espaços com outras subjetividades, principalmente, de jovens “aventureiros e desafiadores” (MOURA; SILVA, 2018, p. 16).

Dentro desse contexto, se dá a ideia de que é um sujeito “[...] migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar”

(OLIVEIRA, 1999, p.59), dando lugar a um sujeito que transforma a si e ao mundo em que vive, seja na zona rural, seja na zona urbana, em um local melhor de se viver e que gere oportunidades aos demais.

Quanto ao idoso que compõe a EJA, temos o Estatuto do Idoso, que ampara através da Lei n. 10.741/2003, onde este regula os direitos referentes às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Trazendo no CAPÍTULO V, Art. 21, sanções que devem estipuladas ao Poder Público para que sejam criadas “[...] oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.”

Conforme a autora Moura e Silva (2018):

A subjetividade idosa frequenta a escola por interesses próprios e não está em busca, como adultos e jovens, de qualificação profissional e conclusão da educação básica por força da legislação. Embora tenhamos de um lado sujeitos idosos que estão atrelados a uma subjetividade dependente, abandonada socialmente, invisível, esquecida pelas políticas públicas; do outro, temos subjetividades ativas. Essas subjetividades passam a constituir-se por meio de práticas de liberdade que vão além da aprendizagem da leitura e da escrita (MOURA; SILVA; 2018, p. 18).

Há uma “reinvenção da terceira idade” que nega a visão de senilidade, dependência atrelada por muito tempo ao idoso. O contexto escolar passa a ser uma oportunidade de recusar essa imagem, inserir-se em outros discursos de verdade cujos sentidos evidenciam um outro modo de aprender, de se relacionar com o conhecimento, de se socializar, adquirir independência e se adequar aos anseios da sociedade contemporânea (MOURA; SILVA, 2018).

Para as autora Moura e Silva (2018) “A geografia da EJA é lugar para, então, elaborar um trabalho de reconstrução e legitimação das subjetividades.” Nesse espaço se constituem sujeitos com histórias arquitetadas na diversidade e multiplicidade de situações que devem direcionar as práticas e propostas da EJA com saberes nascidos do diálogo com estas diferenças (MOURA; SILVA, 2018, p. 19).

2.2 Inclusão social: cumprindo o papel de cidadão por direito

No Brasil, a luta pela cidadania e pela inclusão social continua com a efetivação de algumas políticas públicas, bem como, pelo reconhecimento dos direitos, tal como pelas lutas ocasionadas nos movimentos sociais.

Foi promulgada em 1988 a Constituição Federal onde estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Embora, para que isso seja concretizado são encontrados muitos entraves. De acordo com o documento Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p.1).

Dentro desse contexto de inclusão social, não podemos deixar de citar os jovens e adultos que em algum momento tiveram que abandonar a escolar, por diferentes fatores originados da exclusão social. A inclusão social e a cidadania têm sido o caminho para o enfrentamento às desigualdades sociais e a luta dos movimentos sociais tem gerado conquistas importantes no sentido de tentar diminuir as distâncias que separam a maioria da população de seus direitos (OLIVEIRA, 2018, p. 98).

O importante a se considerar é que os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re) inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência, que não tiveram diante de si a exceção posta pelo art. 24, II, c. Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber. Outros são jovens provindos de estratos privilegiados e que, mesmo tendo condições financeiras, não lograram sucesso nos estudos, em geral por razões de caráter sócio-cultural (BRASIL, 2000, p. 31).

De acordo com o Parecer CNE/CEB 11/2000, “deve-se afirmar, inclusive com base em estatísticas atualizadas, que, nos últimos anos, os sistemas de ensino desenvolveram esforços no afã de propiciar um atendimento mais aberto a adolescentes

e jovens tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória, quanto a iniciativas de caráter preventivo para diminuir a distorção idade/ano” (BRASIL, 2000).

A Educação de Jovens e Adultos possui um grande respaldo diante das legislações no país, como citada anteriormente, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação recorrendo o artigo 37 e 38 da mesma. Mas a principal fonte para que esses artigos fossem alcançados surgiu da Constituição Federal de 1988, onde assegura esta modalidade de ensino como sendo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

De acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 05 de Julho de 2000, resolução esta onde o governo estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos, citando em seu artigo 1º que:

Art. 1º -Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação (BRASIL, 2000).

Esta mesma resolução traz em seu texto, no parágrafo único, as seguintes recomendações:

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2000).

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 05 de Julho de 2000 fica instituído no seu artigo 6º que “Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos” (BRASIL, 2000).

A Revista Nova Escola cita as principais pistas para um EJA mais relevante, que diz ser o compromisso, o entusiasmo e a competência, sendo os ingredientes necessários às equipes pedagógicas em qualquer modalidade do ensino, mas o impacto de sua atuação depende em grande medida das condições em que realizam o trabalho educativo. Instalações físicas e financiamentos adequados, valorização dos profissionais e assistência aos estudantes com alimentação, transporte e material são pré-requisitos para uma EJA mais relevante. Apesar de óbvias, essas condições merecem atenção, tendo em vista a precariedade de alguns serviços educativos.

Em sua tese, a autora Gislaine Rodrigues (2013) cita os requisitos necessários para os educadores deste tipo de modalidade de ensino, no caso do tema abordado que é a Educação de Jovens e Adultos, a autora diz que o professor necessita ter um perfil adequado, trabalhar com metodologias específicas para adultos, pois ele exerce um papel fundamental na educação de Jovens e Adultos, dele depende o sucesso e a permanência do aluno em sala de aula. Sendo assim, este educador necessita perceber, o potencial de cada aluno, valorizando o conhecimento previamente adquirido. E muitas vezes, tem no professor o exemplo a ser seguido, é preciso conquistar a confiança, desenvolver um laço afetivo com este educando.

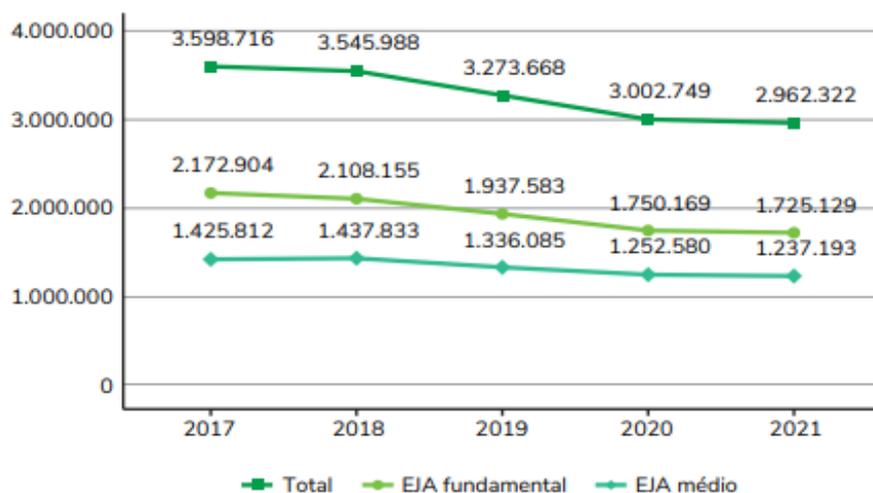
O censo escolar demonstrado abaixo foi produzido pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde disponibilizam o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2021. Que segundo o documento, a publicação “compõe o conjunto de instrumentos de divulgação dos resultados da pesquisa e, assim como os outros, foi elaborada para cumprir a finalidade institucional de disseminar as estatísticas, os indicadores e os resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação” (BRASIL, 2007).

Considerando que o presente resumo integra princípios de imparcialidade, objetividade, acessibilidade e transparência. O Resumo Técnico (Censo Escolar da Educação Básica -2021) ressalta algumas considerações quanto à pesquisa produzida:

A pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, realizada pelo Inep, captou os impactos da pandemia no sistema educacional do País. O levantamento foi aplicado entre fevereiro e maio de 2021 por meio de questionário suplementar durante a segunda etapa do Censo Escolar 2020, a Situação do Aluno, que tem a função de apurar informações relativas ao movimento e ao rendimento dos estudantes ao término do ano letivo. Uma subseção foi inserida no capítulo sobre escolas com destaques desse levantamento: visão geral sobre as escolas respondentes; estratégias e ferramentas adotadas no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem; ajustes no calendário escolar; e retorno às atividades presenciais em âmbito nacional no ano de 2020 (INEP, 2021).

O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 1,3%, chegando a 3 milhões em 2021. Essa queda no último ano ocorreu de forma similar nas matrículas da EJA de nível fundamental e de nível médio, que demonstraram redução de 1,4% e 1,2%, respectivamente (INEP, 2021).

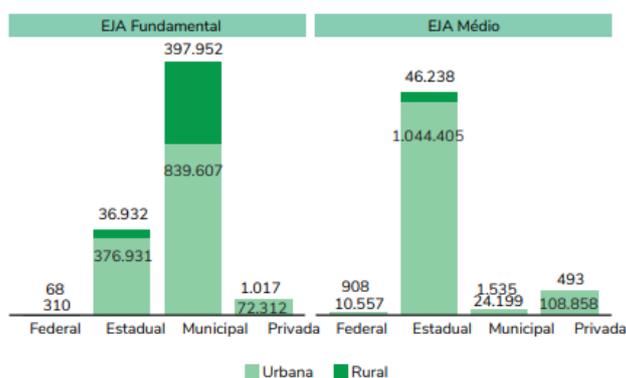
Gráfico 1: Número de matrículas na educação de jovens e adultos- BRASIL- 2017-2021



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Escolar Educação Básica.

Na EJA de nível fundamental, 71,7% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual e pela rede privada, com 24% e 4,3%, respectivamente. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 88,2% das matrículas, seguida da rede privada e da municipal, com 8,8% e 2,1%, respectivamente. A EJA de nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural (25,3%) (INEP, 2021).

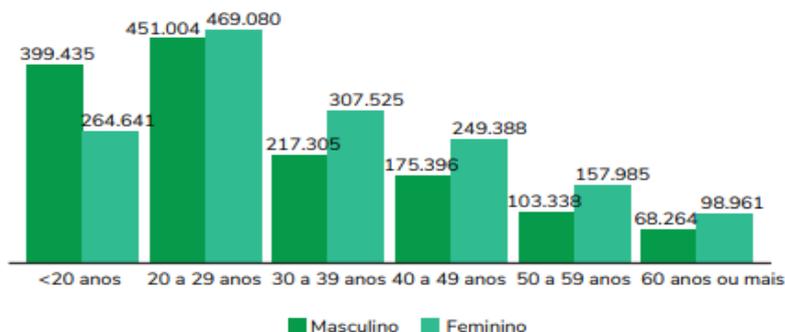
Gráfico 2: Número de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo a dependência administrativa e a localização da escola -BRASIL- 2021



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 53,5% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, 53,7%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, 59,1% (INEP, 2021).

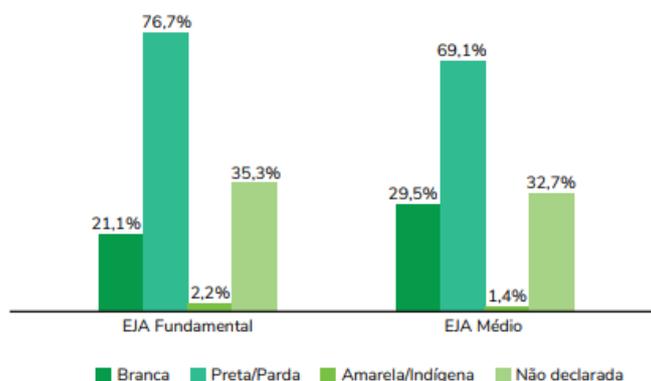
Gráfico 3: Número de matrículas na educação de jovens e adultos, segundo a faixa etária e o sexo- BRASIL- 2021



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Quanto à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos são predominantes na educação de jovens e adultos do ensino fundamental e médio. Pretos e pardos representam 76,7% da EJA – fundamental e 69,1% da EJA – médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 21,1% da EJA – fundamental e 29,5% da EJA – médio (INEP, 2021).

Gráfico 4: Percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio, segundo a cor/raça – Brasil – 2021



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

No final do ano de 2019, todos fomos surpreendidos com o surto ocasionado pela doença denominada Coronavírus, cientificamente denominada COVID-19. Se

tornando em uma gravidade de ordem mundial, pois impactou todos os continentes, e todos os setores, incluindo o setor da saúde (principalmente), mas também outros diversos, como a economia, não sendo diferente também na educação, especialmente a educação pública. Visto a nova realidade, todos os setores tiveram que se enquadrar, buscando soluções das quais pudessem se adaptar e tentar conviver com a situação causada pelo vírus.

Nesse sentido, o setor da educação também teve que se enquadrar nessa nova realidade, buscando soluções para que os alunos não fossem prejudicados no ano letivo. Alguns aspectos foram relevantes diante dessa situação,

O tempo de pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) trouxe uma ressignificação para a educação, nunca antes imaginada. A dor causada pela perda de pessoas, o afastamento, o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema regular e presencial de ensino. A crise sanitária está trazendo uma revolução pedagógica para o ensino presencial, a mais forte desde o surgimento da tecnologia contemporânea de informação e de comunicação (PASINI, CARVALHO, ALMEIDA, 2020, p.2020).

Diante da situação ocasionada pelo vírus (SARS-CoV-2) causador da doença Covid-19, em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde- OMS, declarou que a disseminação comunitária da doença provocada pelo vírus, tinha tomado proporção de Pandemia, e passou a fazer diversas orientações para evitar uma proliferação do vírus e das mortes causada por ele. Para tanto passou-se a recomendar uso de máscara, higienização das mão com álcool em gel e sabão, sanitização dos ambientes que circulam pessoas, isolamento e distanciamento social, na tentativa de conter a contaminação (SOUZA; MENEZES, 2021).

Tais medidas são resguardadas pela Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 que : “Dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020).

Nesse panorama pandêmico provocado pela Covid-19, milhares de estudantes provenientes da classe menos favorecida foram afetados de forma negativa por esse novo cenário, visto que por falta de condições financeira ou por ausência de planejamento alguns municípios suspenderam a aulas e não deram nenhum respaldo acadêmico aos educandos/as, que foram abandonados e excluídos do direito de continuar aprendendo, isto porque com as escolas fechadas o vínculo com a comunidade

escolar ficou fragilizado, sendo que alguns desses estudantes são trabalhadores e nesse momento de crise na saúde e de isolamento social perderam seus empregos, ou tiveram seus salários reduzidos o que os impediam de ter acesso aos equipamentos tecnológicos para ter acesso às aulas (SOUZA; MENEZES, 2021).

Ressaltando que com a suspensão das aulas, a EJA, que da qual é uma modalidade onde o público já se encontra em um histórico de marginalização e desigualdade social, se viu ainda mais comprometida com essa situação, pois foram abandonados e negligenciados com essa situação, salientando que, estes já possuem também um processo de descontinuidade e desistência escolar, visto a situação pandêmica, esse processo se tornou mais recorrente.

De acordo com os autores Souza e Menezes (2021),

Esse contexto de desigualdade gera uma série de ausências e impossibilitou o desenvolvimento educacional democrático nesse período de pandemia. Vale destacar que essa falta de compromisso político e a desigualdade social por este gerada evidencia na ausência de formação inicial e continuada na área tecnológica para professores da rede pública, os estados e municípios não possuem estrutura para ofertar aulas em sistema remoto, sendo que a grande maioria dos educandos/as da escola pública não têm acesso a equipamentos como computadores, tablets, celulares de qualidade o que impossibilita o desenvolvimento das aulas em sistema remoto (SOUZA; MENEZES, 2021).

Sobre essa desigualdade educacional, os autores Souza e Menezes (2021) também ressaltam que:

Compreendemos que a desigualdade educacional no país tornar-se um grande obstáculo para a concretização do ensino remoto, pois impossibilita o acesso e permanência do estudante da rede pública a escola, já que esses não possuem os meios tecnológicos para realizar o acesso e assistir as aulas, fazer pesquisas e interagir com o professor.

O ensino remoto foi uma possibilidade que o governo encontrou para conter a disseminação do vírus na escola, bem como, várias medidas restritivas adotadas nesse período. A Educação de Jovens e Adultos foi também amplamente prejudicada, salientando todas as desigualdades sociais provocadas por esse contexto. Conforme os autores Souza e Menezes (2021) ressaltam:

Esse contexto educacional contraditório apresenta alguns problemas estruturais e políticos que interferem de forma relevante nos espaços escolares e impactam na estrutura da sociedade, como os altos índices de evasão escolar, as taxas de desistência, especialmente na educação de jovens e adultos e questão que entendemos ter aumentado de formas considerável durante a essa pandemia que afetou os/as estudantes, trabalhadores/as que frequentam a EJA.

A pandemia vem mostrando quanto o sistema educacional brasileiro é vulnerável, pois a forma como vem sendo desenvolvido a educação nesse tempo de pandemia aumento o fosso da desigualdade educacional, socioeconômica, étnica, de gênero e de sexualidade. Isto porque aqueles/as que encontram-se em situação mais frágil tem sofrido de forma mais agressivo aos efeitos da crise sanitária que avança. Assim na educação de jovens e adultos faz-se preciso repensar esse campo do saber, fazendo de valer o direito a educar-se e aprender ao longo da vida, alicerçar a escola com recursos tecnológicos, internet de qualidade e subsidiar os estudantes com os materiais necessários para continuar aprendendo em tempo de isolamento (SOUZA; MENEZES, 2021).

Dentro desse contexto educacional, apresentam-se alguns problemas em sua estrutura e na política, que elevaram os índices de evasão escolar, bem como as taxas de desistência, afetando principalmente a Educação de Jovens e Adultos. Considerando que a pandemia vai deixar marcas que serão evidentes por muitos anos, alguns especialistas indicam que será um prejuízo que durará cerca de vinte anos na educação brasileira, não sendo diferente na modalidade EJA de ensino. De acordo com Cordeiro (2021): “o vácuo gerado pela pandemia na educação produzirá altas taxas de evasão dos estudantes no ensino regular que, futuramente retornarão como alunos da EJA”.

Conforme o Paraná Portal (2021), no artigo “Pandemia produz evasão escolar e terá impacto na educação de jovens e adultos”:

Ainda não há dados atualizados que relacionem pandemia e taxas de evasão, mas o Censo Escolar de 2020 já apontava uma queda de matrículas de 8,3% na educação de jovens e adultos em relação a 2019, o equivalente a 270 mil estudantes a menos nas salas de aula. A redução ocorreu tanto na EJA de nível fundamental (-9,7% com a redução de 187,4 mil matrículas) quanto na de nível médio (-6,2% com a redução de 83,5 mil matrículas) (PORTAL, 2021).

De acordo com Cordeiro (2021): “Sem possibilidade de continuidade dos programas de alfabetização presenciais, o número de pessoas não-alfabetizadas aumentará assim como o de pessoas com baixíssima noção de leitura e escrita”, onde a especialista traz uma visão pessimista quanto ao processo de alfabetização de jovens e adultos, afetado pelo período de pandemia e que também tende a crescer no decorrer dos anos, mesmo sem essa condição.

Podemos considerar que a pandemia causou impactos devastadores na educação, tanto em âmbito nacional, como mundial, que acarretará em anos de recuperação, que conseqüentemente provocará prejuízos na escolaridade dos alunos, levando longos anos até que tudo se normalize.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do trabalho chega-se em algumas conclusões acerca da temática “Retorno: os desafios para incluir quem abandonou a escola”. Percorrendo o primeiro entendimento acerca da temática, fazendo uma metáfora, que em vez de se reportar aos alunos que abandonaram a escola, faz-se uma inversão ao destacar que a escola os abandonou, trazendo um sentido amplo, no quanto a escola pode buscar interferir nesse processo, tentando intervir ao adotar medidas inclusivas e que podem contribuir para os afetados dessa condição.

Em busca de entender os fatores que acarretam no abandono escolar, a autora Oliveira (2018) ressalta que “as desigualdades sociais que afligem o Brasil decorrem de longos processos de autoritarismo e violência que acompanham a formação do Estado Brasileiro e, conseqüentemente, determinam como a sociedade brasileira é forjada”. Nesse sentido, o autor Dallari (2007) também concorda com essa afirmação, destacando que “no Brasil temos uma acumulação histórica de injustiças e tivemos um mau começo em termos do reconhecimento e respeito aos direitos humanos”.

Ao entendermos isso, que o processo de abandono decorre de anos de injustiças e desigualdades, o autor Catão (2005) revela que: “A exclusão social é produto de um sistema social, econômico, político e cultural e não pode ser explicada apenas pelas características dos sujeitos ou mesmo das instituições sociais”, onde o autor segue afirmando que “ela é fruto sócio histórico de um grande número de fatores constitutivos da relação indivíduos e instituições sociais” (CATÃO, 2005).

Em busca de inclusão, já na abordagem da Educação de Jovens e Adultos, na busca por tornar essa modalidade mais relevante e atrativa podemos citar que é necessário que seja retratada de forma compromissada, com competência e entusiasmo por parte das equipes pedagógicas envolvidas. Assim como, vários outros fatores

abordados no artigo contribuem para que isso seja possível, que giram em torno das estruturas físicas e da valorização dos profissionais envolvidos.

Conforme a pesquisa abordada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, promovida em 2021, “A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 53,5% das matrículas. Onde também é possível observar que: “Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, 53,7%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, 59,1% ” (INEP, 2021).

Ao observarmos podemos entender que, a maioria dos alunos que retomam a escola na modalidade EJA é com menos de 30 anos, predominantemente são do sexo masculino, detendo mais da maioria da matrícula, embora que acima de 30 anos a porcentagem do retorno percorrem ao sexo feminino, que podemos compreender que os alunos do sexo masculino, em sua maioria, busca a retomada a escola primeiro que o sexo feminino.

Quanto à crise pandêmica que enfrentamos, podemos perceber que a EJA foi uma das modalidades mais afetadas com a situação, tanto na atualidade, quanto no futuro. Em consonância com a afirmação, o autor Cordeiro (2021) diz: “o vácuo gerado pela pandemia na educação produzirá altas taxas de evasão dos estudantes no ensino regular que, futuramente retornarão como alunos da EJA”.

Onde podemos entender, que diversificadas situações impactam na escolarização dos alunos, e assim, conseqüentemente podendo fazer parte da modalidade em questão. Para entendermos melhor, ao observamos a citação retirada do site Paraná Portal (2021), é dada a comprovação dessas afirmações por meio de dados verídicos, a saber, que: “A redução ocorreu tanto na EJA de nível fundamental (-9,7% com a redução de 187,4 mil matrículas) quanto na de nível médio (-6,2% com a redução de 83,5 mil matrículas)”.

O presente trabalho possui uma abordagem ampla, dividindo em tópicos, desde sua história, até os dados mais atuais, de modo a contribuir para a relevância do tema, dando ênfase aos processos sociais que acarretam no abandono escolar, bem como, o processo contribuinte e emancipatório conquistados para que fosse possível a retomada com dignidade. Marcada por lutas e movimentos sociais, esta modalidade veio

contribuir e garantir o direito de igualdade nos estudos para todos, onde é aplicado como um direito universal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu entender a realidade em que os alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam, dentro de uma perspectiva de retorno escolar, com vistas aos desafios de incluir estes novamente no âmbito escolar. Onde pretendeu compreender quais os fatores que influenciaram o abandono escolar e quais influenciaram a retomada dos estudos numa maior idade. Buscou-se enfatizar a importância que a Educação de Jovens e Adultos tem para a sociedade, assim como traz oportunidades para aqueles que por algum motivo se viram abandonados em um determinado momento.

Dentro dessa temática o trabalho foi dividido em alguns tópicos, para que trouxessem os esclarecimentos necessários, a saber: Histórico da educação de jovens e adultos no Brasil (que busca trazer um breve histórico, de modo a entender os processos que culminaram na EJA atual);

Desigualdade social: fatores que acarretam no abandono escolar e na exclusão social (busca elucidar alguns fatores que contribuem para o abandono escolar, que conseqüentemente retomarão na modalidade EJA); Inclusão social: cumprindo o papel de cidadão por direito (Dispõe sobre todo o processo de inclusão que a EJA permite, onde o aluno pode retomar suas atividades educacionais, como resguardada por direito universal), sendo este último subdividido em seis subtópicos: Censo escolar da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; Histórico; Dependência administrativa e localização da escola; Faixa etária e sexo; Cor/ Raça; O reflexo negativo da pandemia nas turmas de EJA.

Para se atingir uma compreensão do objetivo geral que decorre o referido trabalho, cuja finalidade é analisar os diferentes processos que acontecem na sociedade e que influenciam diretamente na vida escolar, são elaborados alguns objetivos específicos que são: conhecer a realidade dos alunos que abandonaram a escola; compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos no momento do abandono; identificar a importância da Educação de Jovens e Adultos no âmbito escolar; entender

os fatores que influenciam na retomada; analisar as esferas sociais que influenciam tanto no abandono, quanto na retomada. Onde estes foram respectivamente divididos nos tópicos elencados acima, dispendo sobre cada objetivo específico, a fim de se chegar ao objetivo geral, e de trazer toda a análise que o tema necessita.

Com isso, a hipótese do trabalho de que é necessário compreender a necessidade do abandono escolar em determinado momento, tanto como, a necessidade e a importância da retomada é confirmada através do estudo, pois demonstra que para alguns alunos nem sempre os estudos são facilitados, e que diferentes fatores contribuem para esse abandono, assim como para a retomada, é necessário entender os diferentes processos sociais que fazem com que o adulto ou jovem sintam essa necessidade.

Sendo assim, em resposta a problemática do trabalho, quanto aos desafios que a EJA enfrenta para incluir quem a escola abandonou, é perceptível que esta modalidade possui muitas diferenciações quanto às demais, pois nesta é necessário uma maior participação do docente, assim como, dos alunos, pois este já vem com um conhecimento de mundo maior, necessitando assim, uma abordagem diferenciada em sala de aula, de forma a promover a inclusão entre todos, e respeitando cada realidade.

Os instrumentos de dados colaboraram para uma melhor coleta dos mesmos, pois foram usadas diferentes fontes e recursos (dispostos nos Resultados e Discussões), que promoveram para qualidade do entendimento da temática, a saber, que estão explícitos na Metodologia do trabalho.

Em pesquisas futuras, espera-se que este trabalho possa contribuir tanto para alunos e professores, quanto aos que desejam entender sobre a Educação de Jovens e Adultos, e dos processos e histórias que este sistema de ensino propõe, de forma que seja utilizado como uma fonte exploratória e de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R. **A Educação de Jovens e Adultos e os jovens do “último turno”**: produzindo outsiders. Faculdade de Educação da UFF/ Niterói – RJ, 2004 (Tese).

ANTUNES, Denise Dalpiaz. **Relatos significativos de professores e alunos na Educação de Jovens e Adultos e sua auto-imagem e auto-estima**, 2006, p. 33.

ARAÚJO, Viviane Mattos de. O Processo de Alfabetização na Visão Construtivista: 1º Ano do Ensino Fundamental I. In: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 05, Vol. 04, pp. 64-81, Maio de 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.317/2007. **Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 2007. Seção 1, p. 9.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília: Senado Federal, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº1 DE DE OUTUBRO DE 2012**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica- 2021**. Brasília, DF, 2021.

BEHREND, Danielle Monteiro; BARRETO, Sabrina das Neves. **Especificidades da Educação de Jovens e Adultos: pensamentos, histórias, narrativas e práticas pedagógicas**. Coleção adernos Pedagógicos da EaD. Editora da FURG, Rio Grande. RS, 2013.

CATÃO, Maria de Fátima F. Martins. Exclusão social e direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe. (Org.). **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

CORDEIRO, Maria Tereza Xavier. **Pandemia produz evasão escolar e terá impacto na educação de jovens e adultos**. In: Paraná Portal, 2021. Disponível em: <<https://paranaportal.uol.com.br/geral/pandemia-produz-evasao-escolar-e-tera-impacto-na-educacao-de-jovens-e-adultos-diz-educadora#>>. Acesso em: 11 de fev. de 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Vol.10, N.1/2002.

DALLARI, Dalmo. O Brasil rumo à sociedade justa. In GODOY, Rosa. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe apresentado à oficina regional da UNESCO para América Latina y Caribe**. São Paulo, 2003, p. 37.

DI PIERRO, Maria Clara. **Um balanço recente da educação de jovens e adultos no Brasil**. In Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos. N° 17. Maio de 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17º.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Renata Monteiro, SILVA, Marluce Pereira da. **EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

GADOTTI, Moacir; ROMAO, Jose Eustaquio. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. [S.l: s.n.], 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIRALDELLI Jr., P. **Entrevista: o plano do heroísmo**. Revista Educação, nº 129, jan. 2008.

HADDAD, S. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. Olinda, 1993. **Anais VIII**, do Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1994.

MATUOKA, Ingrid. **Os desafios da EJA para incluir quem a escola abandonou**. Centro de Referências de Educação Integral, 2018. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-desafios-da-eja-para-incluir-quem-a-escola-abandonou/>>. Acesso em: 02 de set. 2021.

MOURA, Carmen Brunelli; SILVA, Marluce Pereira. O sujeito da EJA. In: **EJA, Diversidade e Inclusão: reflexões impertinentes**, João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Desigualdade Social: obstáculos para o exercício da Cidadania. In: **EJA, Diversidade e Inclusão: reflexões impertinentes**, João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

PAIS, J. M. Introdução. In: _____(Org.), **Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea** (pp. 17-58). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Secretaria de Estado da Juventude, 1998.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. A educação Híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. In: OSE - **Observatório Socioeconômico da COVID-19**, 2020.

POCHMANN, Márcio. A Exclusão Social no Brasil e no Mundo. In: **Rede Social de justiça e Direitos Humanos**, 2004. Disponível em:
< <http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio016.htm>>. Acesso em 28 abr. 2015.

SILVA, Gislaine Rodrigues. **A Educação de Jovens e Adultos: Estudo das Motivações Mobilizadoras Determinantes da sua Permanência em Sala de Aula**. Só Pedagogia, 2013. Disponível em:< <https://www.pedagogia.com.br/artigos/ejaestudo/>>. Acesso em: 11 de fev. de 2022.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 2ª ed. São Paulo: Contexto 2004.

SOUZA, Gilvan Santos de Sousa; MENEZES, Mônica Clementino de. Educação De Jovens E Adultos (Eja) em tempos de pandemia da Covid-19: Reflexões Sobre o cenário Exclusão e Abandono. In: **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 8, n. 12, p. 1-16, maio, 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) 26 dia(s) do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 19 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Prof. Diego Pinheiro Alencar (orientador), Jaciane Martins Ferreira (membro), Juheina Lacerda Ribeiro Viana Alencar (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “Retorno: os desafios da EJA diante da inclusão socioeducacional no Brasil” da estudante Maria Oliveira da Conceição Dourado, Matrícula 2018205221350869, do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TCC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador/Presidente da Banca

Membro

Membro

Acadêmico

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

/ /

Data



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

